

O PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL DO PARANÁ EM 1913: OPOSIÇÃO POLÍTICA NO ESTADO DO PARANÁ NOS TEMPOS DO CORONELISMO

THE PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL OF PARANÁ IN 1913: POLITICAL OPPOSITION IN THE PARANÁ STATE AT THE TIMES OF CORONELISMO

Isaias Holowate¹

RESUMO

No ano de 1913, foi constituído o Partido Republicano Liberal, com objetivo de apoiar a desejada campanha de Ruy Barbosa em 1914 pela presidência do Brasil e atuar como um partido capaz de se opor ao predomínio dos diretórios do partido situacionista nas escalas local, estadual e nacional. No contexto político da República Velha brasileira que era dominada pelo coronelismo através do controle dos mecanismos de negociação, coerção e perpetuação política, o PRL propunha ser uma oposição progressista para a política nacional e local. Contudo, o PRL se esvaziou antes mesmo da disputa presidencial de 1914, enfraquecido pelas disputas políticas em seus diretórios e a derrota nas eleições para as Assembleias Estaduais em 1913. Esse artigo estuda, a partir das representações publicadas pela imprensa nacional, estadual e local, os discursos produzidos pelo PRL e as dificuldades, desabafos e dissidências que ocorreram durante a trajetória dos diretórios do PRL, que levaram ao enfraquecimento do partido e resultaram na sua derrota e extinção.

Palavras-chave: história da política; Partido Republicano Liberal; Paraná; Ponta Grossa.

ABSTRACT

In 1913, the Partido Republicano Liberal was constituted, with the objective of supporting Ruy Barbosa's desired campaign in 1914 for the presidency of Brazil and acting as a party capable of opposing the predominance of the directorates of the

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual do Paraná. Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, Paraná, Brasil. E-mail: isaiasholowate@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8129-1465>.

situationist party at the local, regional and national levels. In a political context of the Brazilian Republic known as the República Velha, that was dominated by coronelismo through the control of mechanisms of negotiation, coercion and political perpetuation, the PRL proposed to be a progressist opposition in the national and local politics. However, the politic power of the PRL exhausted even before the presidential race of 1914, weakened by the political disputes in its directorates and the defeat in the elections for the state assemblies in 1913. This article studies, from the representations published by the national, regional and local press, the discourses published by the PRL and the hardships, outbursts and dissent that occurred during the trajectory of the PRL directories, which led to the weakening of the party and resulted in its defeat and extinction.

Key words: history of politics; Partido Republicano Liberal; Paraná; Ponta Grossa.

Artigo recebido em: 13/04/2023

Artigo aprovado em: 06/10/2023

Artigo publicado em: 31/10/2023

INTRODUÇÃO

O presente artigo estuda a trajetória dos diretórios do Partido Republicano Liberal no Paraná e em Ponta Grossa em 1913. Ao contrário da abundante historiografia sobre o coronelismo e as práticas políticas do partido dominante no poder brasileiro durante a República Velha (1889-1930), incluindo obras sobre as relações políticas e sociais do partido no âmbito nacional, estadual e local (CASALECHI, 1987; HEINZ, 2010; FIGUEREDO, 2016) até o presente momento não há uma historiografia consolidada sobre as tentativas de formação de partidos políticos de oposição durante a República Velha. As obras existentes geralmente estudam a trajetória de um indivíduo, tal como a figura de Ruy Barbosa ou José Joaquim Seabra (VIANA FILHO, 1977; MAGALHÃES JUNIOR, 1979; MARTA SENNA, 2007), ou movimentos políticos oposicionistas que geralmente não se constituíram na forma de partido, tal como o civilismo e o tenentismo (UEÓCKA, 2004).

Uma das poucas obras publicadas até o momento sobre o Partido Republicano Liberal paranaense é o artigo “Elite política regional e formação de um partido nacional: organização interna, desempenho eleitoral e extinção do Partido Republicano Liberal (Estado do Paraná, 1913-1915)”, publicado na Revista Antíteses, que observa a presença dos membros das elites estaduais no PRL paranaense e suas proximidades com o partido situacionista (GOMES, 2019, p. 236-265). Essa escassez de produção sobre a oposição partidária na República Velha pode ser justificada pela brevidade da trajetória dos partidos de oposição, proximidade econômica, ideológica e política entre os representantes do poder no Brasil e pelo poder da estrutura política situacionista, que significava um efetivo controle dos votantes e dos resultados das eleições.

Contudo, para além das elites políticas da República Velha, o início do século XX também marcou o amadurecimento de uma geração de intelectuais e políticos de algum modo comprometida com uma plataforma de atualização das estruturas. Esse cenário incluía a reconfiguração da chamada “opinião pública”, agora muito mais ampla e diversificada e, conseqüente, dos seus meios de comunicação (SEVCENKO, 1998, p. 7-37). Muitos desses intelectuais interessados nas questões sociais e políticas do meio local e nacional iriam atuar na construção e divulgação nas páginas de jornais, encontros políticos e comícios, ideologias e projetos de oposição ao predomínio do partido situacionista nacional.

O Partido Republicano Liberal foi fundado em julho de 1913 com o objetivo de dar prosseguimento ao movimento Civilista que ocorreu durante a campanha Ruy Barbosa para presidência da república em 1910, apoiar a pretendida candidatura de Ruy Barbosa para presidência em 1914 e transformar a política estadual através da inserção de novos membros nas assembleias legislativas de forma a competir contra o aparato situacionista que controlava a política brasileira durante as primeiras décadas do século XX.

O Partido Republicano Liberal, simplificado como PRL tinha, portanto, um projeto de média duração, que envolvia a transformação política estadual, nacional e local. Assim como o partido situacionista constituído pelos diretórios do Partido Republicano Paranaense, Paulista, Mineiro, entre outros, o projeto de PRL visava a criação de um partido duradouro e não a realização apenas de uma campanha política, que, tal como ocorreu com a Campanha Civilista de 1910, por sua curta duração tendia a finalizar após a vitória ou a derrota nas urnas.

Contudo, a trajetória do PRL tanto no Brasil quanto no Paraná foi de curta duração. O partido não conseguiu a maioria nas eleições estaduais e muitos de seus representantes na Assembleia do Paraná passaram a fazer parte do grupo político situacionista. No âmbito nacional, em 31 de dezembro de 1913, Ruy Barbosa se recusou a continuar na disputa pelas eleições presidenciais de 1914 através do lançamento de um *Manifesto à Nação*, em que criticava as práticas da política brasileira controlada pelo coronelismo (PIRES, 1995, p. 32). A desistência dele significou outra dura perda para o PRL, que tinha na figura de Ruy Barbosa um dos seus principais inspiradores. Com isso, em fins de 1915 não há mais vestígios da existência do PRL nos jornais estaduais e nacionais, com o partido desaparecendo das discussões políticas.

Em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, a trajetória do PRL foi ainda mais curta. O diretório local, criado a partir das aspirações de transformações na política por intelectuais locais e interesse de ocupação de funções centrais na política por fazendeiros e políticos, rapidamente entrou em choque entre seus membros e com o diretório central do partido de Curitiba. O resultado foi que o PRL de Ponta Grossa entrou em processo de implosão ainda durante a campanha para a Assembleia Legislativa de 1913 e praticamente deixou de existir após o resultado das eleições, sendo pouco citado pelos jornais paranaenses mesmo antes da recusa de Ruy Barbosa de aceitar a candidatura para a Presidência da República.

O objetivo da pesquisa é investigar, a partir do estudo da trajetória dos diretórios do PRL paranaense, os ideais, desafios e dificuldades da participação na

política nacional durante a República Velha. Tem em vista, assim, a partir da compreensão dos desafios e embates do âmbito local e regional, a reflexão do oposicionismo político durante a República Velha, onde o controle político dos coronéis definia os resultados dos pleitos eleitorais, através do controle da estrutura política.

A POLÍTICA BRASILEIRA NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Por volta de 1910, a República dos Estados Unidos do Brasil tinha mais de duas décadas de existência. O país demonstrava certa estabilidade republicana, pois, após um Governo Provisório e primeiro mandato instável, com golpes, levantes, renúncia do Mal. Deodoro da Fonseca e novas revoltas durante o governo de seu vice-presidente Mal. Floriano Peixoto, os governos sucessores concluíram seus mandatos com relativamente poucas intempéries. Embora a Guerra de Canudos (1896-1897)² e a Revolta da Vacina (1904)³ tenham sido episódios de aplicação local de um Estado de Exceção em determinados grupos da população brasileira considerados pelas elites nacionais ideologicamente alinhadas com o pensamento positivista como responsáveis pelo atraso do país, os grupos atingidos por essa política não dispuseram de ferramentas necessárias para desestabilizar os mecanismos políticos e sociais que

²Na última década do século XIX, Canudos emergiu no sertão baiano como uma comunidade messiânica, com aproximadamente 20 mil pessoas, liderada pelo monge Antônio Conselheiro. Na região, essa comunidade funcionava como uma alternativa ao poder estatal, regionalmente representada pelo domínio dos coronéis. Disputas contra os fazendeiros da região resultaram na solicitação de envio de tropas para “contenção” dos sertanejos. Quatro expedições foram enviadas contra Canudos, resultando na destruição da comunidade (CUNHA, 1984).

³A Revolta da Vacina ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904, como uma reação às intervenções do Estado na vida cotidiana da população das classes baixas da cidade. A reforma arquitetônica que a prefeitura carioca estava implantando na cidade resultava na destruição de cortiços e casas de famílias pobres para alargamento das ruas e perda do lar para muitos habitantes da cidade. Ao mesmo tempo, a ação dos higienistas no combate às epidemias era muitas vezes compreendida pelos atingidos como uma invasão do espaço privado das famílias. A revolta foi suprimida pelo Estado com violência, resultando em dezenas de mortes entre a população carioca (SEVCENKO, 2018).

controlavam o governo na República Brasileira. Agamben compreende o estabelecimento de um estado de Exceção como um estado oposto ao normal nas sociedades modernas, sendo geralmente uma resposta estatal aos conflitos extremos internos na sociedade. A dissensão política instiga grupos detentores do poder estatal a intervir contra determinados grupos da população vistos como responsável pelo problema. Ao estudar a instauração desses Estados de Exceção nas sociedades modernas, o mesmo autor observa

[...] a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13).

A estabilidade republicana foi conquistada pela vitória e esmagamento dos projetos de poder alternativos durante o governo de Floriano Peixoto e pelo estabelecimento de hegemonia política através de acordos entre as elites econômicas dos âmbitos nacional, estadual e municipal conquistada especialmente durante o governo de Campos Sales.

O governo de Campos Sales marcou o início da prática que ficou conhecida como a política dos governadores, que era uma aliança em escala nacional que buscou estabilizar a política brasileira durante a República Velha. Através desse pacto, as oligarquias locais apoiavam as oligarquias estaduais e estas, por sua vez, respaldavam as oligarquias nacionais. Os diretórios políticos estaduais deveriam eleger candidatos leais ao presidente da República e, em troca, o presidente do país buscava não intervir na política estadual.

A base do pacto dos governadores era constituída pelo controle que os coronéis do interior tinham sobre a vida política em suas áreas de domínio, incluindo o controle dos votantes que mantinham no poder os grupos locais, estaduais e nacionais. Por

consequência, as chefias do poder estadual e nacionais – muitos deles também coronéis – beneficiavam e apoiavam esse domínio que os coronéis locais mantinham sob suas áreas de influência (SANTOS, 2019, p. 49-91).

Os coronéis eram a elite econômica e política na sociedade brasileira daquele período. Muitos deles eram senhores de terra com fazendas e plantações. No âmbito local os coronéis controlavam o poder econômico, político e militar, decidindo os rumos do poder municipal. As patentes militares que esses coronéis dispunham não significavam necessariamente que eles eram militares de carreira. Eles eram membros da Guarda Nacional, um corpo militar composto de civis, que deveriam se utilizar das horas de lazer para realizar seu treinamento. Essa unidade militar, criada em 1831 durante o Período Regencial com vistas em combater as turbulências da época imediata após a abdicação de D. Pedro I, na prática, funcionava como um corpo militar local constituído e liderado pelas elites que atuava como uma ferramenta de projeção de poder e servia para disciplinar e controlar os grupos marginalizados da sociedade. Os membros das elites locais buscavam galgar as patentes da Guarda Nacional local até o posto máximo de Coronel como uma forma de prestígio e reconhecimento de seu poder simbólico (BITTENCOURT FILHO *et al.*, 2022, p. 407-412).

Este poder simbólico almejado pelos coronéis pode ser entendido como “um poder de construção de realidade” em que nas relações sociais e nos significados constituídos a partir dessas relações, uma transitoriedade social define o posicionamento social do indivíduo. Isso determina o respeito e aceitação do grupo em relação ao indivíduo e determina a forma com que é tratado, ouvido, criticado, respeitado ou ignorado pelo grupo (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Os coronéis transformavam o poder econômico em domínio político em suas populações e, através de ferramentas de controle da população, que incluíam o uso de cédulas de voto falsas, alistamento e votos de eleitores já falecidos, coerção e ameaças aos votantes incluindo de expulsão de suas terras e perda de apoio político e econômico da população caso votassem contra o coronel, substituição de urnas por

outras com cédulas previamente preenchidas, entre várias outras técnicas que tornavam as regiões sob controle de um coronel como verdadeiros currais eleitorais, onde o nome e o prestígio do coronel garantia a quantidade de votos para os candidatos que ele apoiava e assegurava na região (GOIRIS, 2013, p. 148-151).

O apoio que os coronéis locais e os governadores estaduais davam a oligarquia nacional era a garantia que o governo nacional interviria apenas em caso de necessidade dos estados ou dos coronéis locais para resolver os problemas de seus respectivos domínios e de fornecer investimentos em casos necessários.

Os maiores beneficiados desse acordo político eram os coronéis dos estados de São Paulo e Minas Gerais, que eram áreas do país com maior contingente populacional e polos econômicos de produção de café e leite. Com isso, a política dos governadores se desenvolveu na chamada Política do café com leite, em que as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais geralmente se coligavam nas eleições para presidência do Brasil e, graças a quantidade de eleitores em seus estados e aos mecanismos de controle eleitoral dos coronéis, praticamente garantiam que o vencedor das eleições para presidente do país seria o candidato representante de sua coligação.

Assim, a estabilidade política durante a República Velha (1889-1930) era mantida por essa série de mecanismos de controle e coerção política dos eleitores do país. Os diretórios estaduais situacionistas do Partido Republicano determinavam quem seriam os candidatos e os eleitos em escala nacional e local.

A POLÍTICA EM PONTA GROSSA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

No Estado do Paraná, a passagem política de Império para República significou uma reconfiguração na estrutura partidária. Anteriormente, dois partidos representavam os grupos dominantes no poder, sendo eles, os conservadores, que tinham entre seus chefes iminentes as poderosas famílias do litoral incluindo senhores

ligados especialmente a oligarquia do mate, e os liberais tinham entre seus chefes mais influentes, os fazendeiros e tropeiros, senhores de Castro e interior do Paraná (WESTPHALEN, 1969, p. 91).

Assim, a divisão de interesses possibilitava a existência de disputas políticas entre as elites, embora, assim como ocorria nas outras partes do Império, também no Paraná ambos os partidos políticos concordassem nos aspectos centrais da monarquia e eram favoráveis a manutenção do Império e a escravidão. Essas disputas políticas entre as classes abastadas no Paraná durante o Império ocorriam em função do interesse pelo predomínio na região do seu grupo em relação aos oponentes, conquista de prestígio e influência sobre o repasse de recursos para os municípios sob o controle do Paraná.

Assim como no restante do país Brasil, a passagem do Império para a República foi relativamente pacífica do ponto de vista política no Paraná. Embora a Província – agora Estado – possuísse um número pequeno de pessoas filiadas nas associações republicanas durante o período monárquico, isso não significou a existência de manifestações públicas de oposição a essa transição de poder. Isso ocorreu pelo fato da monarquia ter perdido seu prestígio em virtude dos choques com as elites nacionais, o exército e a igreja. Com isso, os partidos paranaenses aceitaram o processo de passagem do poder sem oposição e em pouco tempo se organizaram na preparação da política estadual no regime republicano (GOULART, 2008, p. 220-221).

A política paranaense durante a chamada República Velha (1889-1930), foi marcada, durante a maior parte do tempo, pelo unipartidarismo, com a existência apenas do Partido Republicano Paranaense (PRP) representando a classe política dominante no Estado⁴. Essa mudança foi influenciada pela diminuição de poder

⁴ O Partido Republicano Paranaense em diversas ocasiões também utilizou a sigla PRC (Partido Republicano Conservador) nas disputas eleitorais, de forma a não causar confusão com o Partido Republicano Paulista que usava a sigla PRP. Contudo, exceto em ocasiões oficiais do processo eleitoral como as contagens de votos, geralmente os jornais nomeavam o PRC como Partido

econômico e simbólico dos tropeiros do interior paranaense e maior integração espacial do Paraná com a modernização e instalação de ferrovias, que possibilitava uma aproximação de interesses e acordos entre as elites da capital e do interior do Estado (HOLLOWATE, 2018, p. 42).

O Partido Republicano Paranaense representava as elites situacionistas do Estado. Incluía coronéis do interior, industriais, beneficiadores da erva-mate, investidores e grandes comerciantes do litoral e interior. No âmbito nacional, o partido funcionava pela lógica da política dos governadores, atuando em consonância com os outros diretórios estaduais do partido situacionista, mantendo uma proximidade com as elites políticas de São Paulo, aliando-se geralmente com os indicados pelo Partido Republicano Paulista e apoiando as decisões da presidência da República.

A chefia do Partido Republicano Paranaense ficava em Curitiba e em várias ocasiões, o personagem eminente do PRP era justamente o governador do Paraná, ao qual cabia resolver os problemas que aparecessem entre os membros do partido. Com isso, o diretório central do PRP estabelecia um predomínio em relação a política estadual, pois os eleitos para a Assembleia Estadual ficavam, como membros do PRP, em posição de dependência em relação ao governo estadual.

A existência de um único partido político estadual gerava o problema do predomínio político local e estadual de apenas um grupo, sem alternância de poder. Como a política era dominada pelos coronéis, com as eleições marcadas por coerções, clientelismos e favores políticos, era comum que nas disputas dentro dos diretórios municipais do PRP, as chefias estaduais do partido apoiassem o grupo que mais lhe interessava no meio local, notadamente os coronéis que tinham maior poder econômico e prestígio político nos meios locais.

Caso o coronel local se opusesse as diretrizes do PRP, a melhor possibilidade era de disputar o pleito eleitoral junto aos candidatos independentes. Essa estratégia

Republicano Paranaense e o simplificavam com a sigla PRP. Por isso, nesse artigo, é usado os termos Partido Republicano Paranaense e sua sigla PRP.

era relativamente comum na política local. Contudo, ela apresentava dificuldades em ser bem-sucedida, pois os candidatos independentes apenas poderiam dispor da sua própria estrutura de poder e sua rede de alianças, que geralmente também contava com os seus currais eleitorais e as outras práticas comuns das eleições da República Velha.

As condições de sucesso de um candidato independente ou avulso estava restrita a relevância do poder econômico, simbólico e rede de sociabilidades do coronel que pleiteava nas eleições. Essa estratégia tinha chances de ser bem-sucedida caso ele dispusesse de poder econômico e prestígio em um determinado local e, mesmo com sua candidatura independente, tivesse condições de vencer as eleições ou se, mesmo não sendo eleito, ele demonstrasse seu poder no meio local de forma que fosse interessante ao PRP, após ter vencido ele, oferecer um espaço de relevância ao coronel nos seios do partido.

O DIRETÓRIO PONTA-GROSSENSE DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL DO PARANÁ

Em 16 de setembro de 1913, nas páginas do jornal *Diário dos Campos* de Ponta Grossa, o redator Hugo dos Reis fazia o anúncio que apoiaria o Partido Republicano Liberal no Paraná. Nascido em Valença em 1884, no Rio de Janeiro, e migrado para Ponta Grossa por recomendação médica (HOLZMANN, 2004), Hugo dos Reis era um dos mais prestigiados intelectuais locais do nascente jornalismo ponta-grossense. A sua chegada em fins de 1908 foi central para a consolidação do jornalismo em Ponta Grossa, pois ele tinha experiência na imprensa e assumiu funções proeminentes na publicação, iniciando sua atuação como redator literário, depois assumindo as funções de redator, secretário, gerente e posteriormente proprietário do *Diário dos Campos* (CHAVES, 2011, p. 29). Durante sua participação no jornal, ele acompanhou os desafios e as mudanças na sociedade local, as quais buscou refletir e intervir na

sociedade local através dos textos da publicação (HOLLOWATE, 2018). Também se envolveu nas disputas políticas e sociais da Ponta Grossa de sua época, tendo participado de diversas campanhas sociais, entre elas pela fundação da Sociedade Operária Beneficente (SOCIEDADE OPERÁRIA, 28 mar. 1913, p. 1), promulgação do espiritismo, povoamento do interior e reflorestamento da região (HOLZMANN, 2004, p. 261-317).

Do ponto de vista político, Reis afirmava, em seus discursos, que defendia um Socialismo Republicano, o que na sua concepção ideológica significava a defesa de um governo republicano reformista, liberal na economia e intervencionista na sociedade, com vistas em melhorar as condições sociais dos grupos mais pobres, através da redução de impostos a pequenos negócios, apoio ao associativismo e reformas educacionais e sanitárias. Assim, Reis apoiava a transformação da sociedade local e nacional, mas sem perder a dinâmica de política republicana. Ele defendia a mudança social realizada junto a mitigação da violência e o conflito social, colocando-se de forma favorável ao reformismo e a conciliação.

Por se afirmar socialista, Reis costumava dizer que não se interessava e considerava inadequado a ele competir por cargos na política brasileira daquele período, tendo em vista que não havia um partido socialista aos moldes do seu ponto de vista instalado na política brasileira (SEÇÃO POLÍTICA, 16 set. 1913, p. 1). Mas durante a campanha civilista em favor de Ruy Barbosa pela presidência da República em 1910, Reis se utilizou amplamente da plataforma do jornal *O Progresso*⁵ para defender a transformação na política nacional e o fim do controle político dos coronéis.

Desde meados de 1912 os jornais nacionais apontavam as movimentações políticas que estavam ocorrendo com objetivo de estabelecer um partido oposicionista no meio nacional, com vistas de combater a dominância do acordo político situacionista. Em 28 de junho de 1912, o jornal *O País* do Rio de Janeiro noticiava uma

⁵ O jornal *Diário dos Campos* de Ponta Grossa, foi fundado em 1907 com o nome de *O Progresso*. Em 1913 passou a ser uma publicação diária e mudou o nome de *Diário dos Campos* (HOLLOWATE, 2018, p. 48).

reunião na casa de Urbano de Gouveia, governador de Goiás com objetivo de articular a formação de um partido republicano liberal (O PAÍZ, 28 jun. 1912, p. 1). Contudo, as notícias do estabelecimento do novo partido ocorreram principalmente após a confirmação da possibilidade de Ruy Barbosa disputar a presidência da República pelo novo partido e a realização da convenção nacional do Partido Republicano Liberal em 26 e 27 de junho de 1913.

Em 31 de julho do mesmo ano, o *A República*, de Curitiba, noticiava um comício no Rio de Janeiro, promovido pelo Partido Republicano Liberal em favor da candidatura de Ruy Barbosa (A CANDIDATURA RUY, 31 jul. 1913, p. 2). Na mesma edição, o jornal curitibano, que era o órgão oficial do Partido Republicano Paranaense, aproveitava para desacreditar a campanha do PRL afirmando que a campanha de Wenceslau Brás do PRP continuava “fortemente prestigiosa” enquanto a de Ruy Barbosa “parece em franca decadência” (A SITUAÇÃO POLÍTICA, 31 jul. 1913, p. 2).

Entretanto, as afirmações do *A República* não condizia com a expansão do Partido Republicano Liberal e a instalação dos diretórios do partido com seções estaduais e municipais que estavam ocorrendo no mesmo período. Em 12 de setembro era formada a seção de Minas Gerais do PRL, em Belo Horizonte, pela convocatória de Bernardino de Lima. Oito dias antes, em 4 de setembro o *Diário da Tarde* de Curitiba noticiava a reunião do dia anterior da comissão do diretório de Curitiba do Partido Republicano Liberal do Paraná, com a eleição da comissão diretora do partido, incluindo como presidente Manoel Correia de Freitas, vice-presidente Nicolau Mader e o proprietário do jornal *Diário da Tarde* Celestino Junior na função de 2º secretário do PRL no Paraná (O MOMENTO POLÍTICO, 4 set. 1913, p. 3).

A ata da reunião do diretório paranaense do PRL foi reproduzida no jornal *Diário dos Campos* de Ponta Grossa. Estava estabelecida na ata que o PRL no Paraná obedeceria aos princípios liberais apontados na campanha política civilista de 1910, apoiando a candidatura de Ruy Barbosa em 1914. A associação constituída assumia as funções de um partido, atuando como o diretório central paranaense, com eleições no

diretório a cada quatro anos. Estabelecia também a formação dos diretórios municipais, sob jurisdição do diretório estadual do PRL (PROJETO DE BASES..., 4 set. 1913, p. 2).

O apoio político que em Ponta Grossa, Hugo dos Reis, na qualidade de figura proeminente do *Diário dos Campos*, fornecia ao Partido Republicano Liberal vinha de encontro as necessidades do expansão do novo partido nos municípios do interior do Paraná. A atividade de Hugo dos Reis no jornal *O Progresso/Diário dos Campos* na campanha em favor do PRL estava de acordo com a trajetória do impresso, que havia apoiado a campanha civilista de Ruy Barbosa alguns anos antes. Essa decisão contrariava alguns grupos da elite local e estadual. Todavia, não era uma oposição isolada do *Diário dos Campos*, mas uma opção política constituída a partir da existência de dissensões na política local, estadual e nacional. O jornal tomava o partido de um grupo que se estabelecia e que tinha a presença de membros da intelectualidade e elite local e, diversos integrantes do PRL, especialmente no âmbito local, haviam sido participantes do PRP que preferiram se aproximar do PRL com vistas em melhores possibilidades de participação em posições proeminentes da política.

O objetivo que se afirmava nos discursos de inauguração dos diretórios locais do PRL era de fortalecer o partido com objetivo de apoiar a futura candidatura de Ruy Barbosa. Contudo, antes da campanha presidencial, os representantes do partido disputariam o pleito eleitoral para as Assembleias Estaduais em novembro de 1913. Como se nota, o partido tinha uma estratégia de longa duração, assim como os partidos situacionistas estaduais e visava, com as eleições de 1913, preparar a política em escala municipal e estadual para, no momento da disputa para a presidência em 1914, dispor de um sólido apoio estabelecido nos Congressos Estaduais para a disputa nacional.

Em 16 de setembro de 1913, as páginas do jornal *Diário dos Campos* informavam que Hugo dos Reis havia aceitado o convite feito pelo diretório estadual do Partido Republicano Liberal para ser encarregado da criação do diretório ponta-grossense do partido. Segundo o discurso do redator, sua participação no partido vinha sem

interesses políticos ou partidários, mas apenas pelo que considerava ser um dever dos jornalistas de participação nas questões políticas e sociais nacionais e locais (SEÇÃO POLÍTICA, 16 set. 1913, p. 1).

A aceitação do convite por Reis provavelmente tinha ligação com a proximidade jornalística existente entre os discursos do *Diário dos Campos* e o jornal *Diário da Tarde* de Curitiba, pois os jornais citavam-se mutuamente, compartilhavam artigos e articulistas e – especialmente o *Diário dos Campos* – comentava constantemente sobre as publicações do impresso curitibano, que tinha Celestino Junior, proprietário do *Diário da Tarde*, como era uma das personalidades do PRL no Paraná. Assim, mesmo após afirmar que, enquanto defensor do republicanismo socialista, não se considerava perfeitamente alinhado com as propostas do PRL, Reis assumiu as funções de articulador do PRL de Ponta Grossa.

A inauguração do diretório do Partido Republicano liberal em Ponta Grossa, ocorreu no dia 26 de setembro na residência do comerciante local Possidônio da Cunha Santos (A FORMAÇÃO DO ..., 27 set. 1913, p. 1). Reis presidiu a seção de abertura, reafirmando a inspiração do partido em relação ao movimento civilista ao fazer uma lembrança sobre a campanha de Ruy Barbosa. Na instauração do diretório local, o mesmo Possidônio da Cunha, foi indicado como presidente do partido em Ponta Grossa, com Egídio Pilotto, ajudante do chefe de tráfego da ferrovia São Paulo- Rio Grande como o secretário.

Chama a atenção essa participação inicial do redator do *Diário dos Campos* na fundação do diretório local do PRL especialmente quando considerado que alguns dos principais apoiadores do jornal de Ponta Grossa eram membros prestigiados do diretório do PRP de Ponta Grossa, especialmente Elyseu de Campos Mello, que era um fazendeiro e político local, cunhado do prefeito da cidade e que, quando no ano anterior havia sido proprietário do *O Progresso/Diário dos Campos*, tinha se utilizado das edições do jornal para a campanha política em favor do seu cunhado. Em 1913, ele era um dos acionistas centrais da *Companhia Tipográfica Pontagrossense*. Esta era uma

sociedade de ações constituída em 1913 para assumir a direção econômica do *Diário dos Campos* e expandir o jornal de uma publicação trissemanal para diária (HOLOWATE, 2018, p. 16). A companhia teve a presença de vários acionistas da elite local incluindo o prefeito da cidade coronel Theodoro Batista Rosas, coronel João Pedro da Silva Carvalho, Elyseu de Campos Mello e os empresários Eugenio Gambassi e Henrique Thielen. Mas a companhia não teve um bom desempenho e não conseguiu a venda de propagandas e a presença de assinantes e leitores suficientes. Por consequência, produziu prejuízo para os acionistas, o que ocasionou no desinteresse dos investidores e fracasso da empreitada. Na prática, as atividades do *Diário dos Campos* enquanto esteve sob domínio da companhia ficaram sob controle de Hugo dos Reis e Jacob Holzmann, este como reconhecido intelectual local, redator do *Diário dos Campos* e secretário da companhia e aquele como diretor da companhia e reconhecido como o fundador do *Diário dos Campos*.

Assim, no momento da fundação do PRL, o jornal *Diário dos Campos* se colocava de forma favorável ao diretório local do PRL, promovendo a campanha de formação do partido em Ponta Grossa e articulando a inauguração do diretório local, reforçando suas ligações com a direção do jornal *Diário da Tarde*, de Curitiba. Mas ao mesmo tempo, o impresso não perdia sua ligação com o PRP, tanto pela presença de Campos Mello como um dos principais acionistas da companhia que geria o jornal quanto pelo fato de vários dos participantes do PRL de Ponta Grossa serem antigos membros do PRP local.

Assim, a campanha do PRL buscava seguir as diretrizes da campanha civilista que havia tentado modificar a esfera da política nacional e estabelecer uma competitividade em relação a política situacionista na meio local e estadual. A campanha civilista fracassou no seu intento principal que era de eleger Ruy Barbosa para a presidência do Brasil, mas, nas páginas do jornais daquele período, o fato de, no meio urbano o movimento civilista ter conseguido uma quantidade considerável de votos, era divulgado como um sucesso do movimento. Mas como se vê, embora

Hugo dos Reis e os intelectuais locais tivessem uma prioridade de transformação da política nacional e local pela mudança de magistraturas e combate a máquina do coronelismo, o próprio partido que estava sendo fundado, tinha, entre seus membros, diversos coronéis e ex-membros do PRP.

DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DIRETÓRIOS DO PRL: CRÍTICAS E A SAÍDA DE REIS

É notável que a reunião de inauguração do diretório do PRL de Ponta Grossa tenha ocorrido na casa do coronel Possidônio da Cunha, um comerciante e investidor local. Foi uma reunião na casa de um particular e não em um espaço público como, por exemplo, as reuniões iniciais da formação da *Sociedade Operária Beneficente* em 1913, que haviam sido realizadas na sede do *Clube Dante Alighieri*.

Embora Hugo dos Reis tenha presidido essa reunião, na mesma também há indícios do início do afastamento do redator do jornal *Diário dos Campos* do diretório do qual ele mesmo havia sido um dos principais articuladores. Reis, mesmo tendo usado as páginas do jornal *Diário dos Campos* para promover o PRL e ter sido o responsável pela criação do diretório local, evitou funções de chefia e não assumiu nenhuma função no diretório. Isso ia de oposição a característica participação política em funções de organização e chefia na maioria dos movimentos sociais e políticos ao qual fez ele parte. Nesse mesmo ano da fundação do PRL, Reis havia articulado a formação da *Sociedade Operária Beneficente* de Ponta Grossa. Em 1915, enquanto propagador do espiritualismo no Paraná, seria o presidente do 2º Congresso Espírita paranaense. Em 1917, enquanto presidente honorário da sociedade operária, quando os membros apoiaram a greve, Reis assumiu funções de chefia do movimento grevista de Ponta Grossa, articulando as negociações junto aos empresários e governo municipal e estadual. O jornal *Diário dos Campos* continuou, nos meses seguintes, a ser

um espaço aberto para publicação de notícias sobre o PRL – assim como publicava notícias do PRP de Ponta Grossa –, mas também de críticas as decisões do partido.

As dissensões dentro do diretório paranaense do PRL começaram a aparecer poucos dias depois. Em 11 de outubro as páginas do jornal *Diário dos Campos* traziam o artigo de Aldo Silva, um prestigiado intelectual e jornalista paranaense, que protestava contra a convenção do diretório estadual do PRL:

Não concordando com a norma adotada para a escolha dos candidatos a deputação estadual, uma imitação dos processos da convenção do partido situacionista, em discordância absoluta com os princípios republicanos, lavei meu protesto, retirando-se após, sem tomar parte em qualquer das deliberações da convenção. Afigurava-me que o PRL que se prepara, pelo menos é de seu programa, para combater pela democratização da nossa infeliz República, devia iniciar aqui no Paraná, sua vida política, sem obedecer a velha prática imoral das transigências e da satisfação a interesses individuais, da qual, certo, é uma resultante essa tão falada crise de caráter por que atravessamos (O MOMENTO POLÍTICO, 14 out. 1913, p. 2).

Dois dias depois, o jornal *Diário dos Campos* trazia a crítica de Edmundo Mercer sobre a convenção de envio de candidatos ao pleito do Congresso estadual. A Assembleia Estadual reservava, por lei, dez vagas para os candidatos representantes dos partidos menores, que incluía o PRL, os candidatos avulsos e independentes. Segundo o artigo, já havia sido acordado nas convenções do partido que o envio seria de dez candidatos, mas de última hora o diretório estadual optou pelo envio de vinte nomes, o que era prejudicial, pois diluiria os votos dos candidatos ao colocar eles competindo uns contra os outros do mesmo partido. E, com isso, o envio de vinte candidatos também aumentava o risco de candidatos do PRL serem derrotados por algum candidato independente ou avulso com prestígio e não garantir nem as dez vagas (10 E NÃO 20, 13 out. 1913, p. 1).

A colaboração de Mercer ainda dizia que além desse risco de não conseguir a totalidade de dez candidatos eleitos, a inabilidade de acatar o acordo sobre o envio de

dez candidatos expunha “a anarquia que, desde já, manifesta-se no seio da nova agremiação”. Ao seu ver, essa escolha feita pelo diretório estadual do PRL multiplicava os riscos dos eleitos do PRL não conseguirem instituir na assembleia estadual uma frente política capaz de se opor ao PRP, e que os eleitos do PRL acabassem tendo que organizar alianças com o situacionismo para sobreviver ao jogo político da Assembleia Estadual (10 E NÃO 20, 13 out. 1913, p. 1).

No mesmo dia, a redação do jornal *Diário dos Campos* noticiava que o diretório ponta-grossense do PRL estava insatisfeito com a falta de representação do interior paranaense entre os candidatos e iria recomendar que se votasse apenas em dez dos candidatos da lista do PRL, descumprindo as diretivas estaduais do partido. Hugo dos Reis, na qualidade de redator do *Diário dos Campos*, escrevia que

Corre que outras localidades do interior também não estão satisfeitas com a deliberação de 5 de outubro. De a muito, aliás, que em todo o interior do Estado lavra fundo desgosto devido ao péssimo funcionamento dos órgãos da política estadual. No Paraná reina a Monarquia Política. A centralização. Justamente a fazer-se um programa de política estadual, uma das inovações que os liberais deviam inscrever no seu estandarte era a divisão do Estado em distritos eleitorais. Com os distritos eleitorais, haveria autonomia regional, a verdadeira autonomia republicana; e o interior do Estado, o produtor, teria seus representantes a defender os seus mais íntimos e peculiares interesses. São estes os murmúrios públicos dos desgostos políticos tanto do PRC quanto do PRL (O MOMENTO POLÍTICO ..., 13 out. 1913, p. 1).

No dia seguinte a essas dissensões entre o diretório local e estadual do PRL, também os diretórios do PRP estavam com problemas. Elyseu de Campos Mello se demitia dos cargos políticos incluindo a presidência do diretório ponta-grossense do PRP e o cargo de deputado estadual em virtude, segundo a redação do jornal *Diário dos Campos* de “calúnias do qual estava sendo alvo”. Embora essas “calúnias” não tenham sido explicitadas, é muito provável que se tratasse de sua relação amistosa com figuras locais do PRL de Ponta Grossa. O jornal afirmava também que Campo Mello havia recebido, após a sua renúncia dos cargos políticos, mensagens de apoio de

personalidades locais, ao qual a redação do jornal somava o seu nome (DR. CAMPOS MELLO, 14 out. 1913, p. 1).

Por volta do dia 20 de outubro, começou a ser divulgada diariamente na seção alheia do jornal *Diário da Tarde* de Curitiba, a lista com os vinte candidatos para deputado estadual recomendados pelo diretório estadual do PRL. A lista contava com onze representantes de Curitiba e nove do interior do Paraná. E não possuía nenhum candidato ponta-grossense⁶. Apenas uma semana depois, no dia 27 – faltando quatro dias para a eleição –, foi divulgada a lista recomendada pelo diretório ponta-grossense do PRL. Esta, contava com apenas dez candidatos, excluindo metade das indicações do diretório estadual. Entre os excluídos da lista ponta-grossense, estava a figura de Celestino Junior, proprietário do jornal *Diário da Tarde* e com o qual geralmente a redação do *Diário dos Campos* tinha uma relação de proximidade.

É possível notar uma decisão política da equipe do jornal *Diário dos Campos*. Sendo Celestino Junior um dos chefes do PRL de Curitiba, as dissensões entre os diretórios do partido e as acusações de centralização havia feito que ele ficasse de fora da lista do PRL de Ponta Grossa. Mas o fato de Hugo dos Reis e a equipe da redação do *Diário dos Campos* não ocuparem nenhuma posição oficial no diretório ponta-grossense do PRL durante essa disputa e terem se afastado de sua função de articulação ideológica do diretório ponta-grossense do PRL, permitia que o *Diário dos Campos* apontasse a disputa sem danificar as relações de sociabilidade construídas entre os dois impressos.

A lista apresentada pelo diretório ponta-grossense do PRL deu origem a uma nova controvérsia, pois, entre os candidatos recomendados pelo PRL de Ponta Grossa estava o nome de Elyseu de Campos Mello. Embora Campos Mello tivesse se demitido

⁶ Gomes coloca o candidato José Maria da Costa Faria como residente de Ponta Grossa. Contudo, tanto a lista que circulou no jornal *Diário da Tarde* quanto a lista do diretório de Ponta Grossa contradizem essa informação e apontam que Costa Faria era, naquele momento, um comerciante residente de Curitiba (GOMES, 2019, p. 250; O GRANDE ESCÂNDALO POLÍTICO, 27 out. 1913, p. 1).

dos cargos no PRP, ele era um político de longa data e uma das principais personalidades do partido situacionista no município. A lista, publicada no jornal *Diário dos Campos* com o título *O grande escândalo político*, era acompanhada por críticas sobre as decisões tomadas pelos diretórios do PRL durante a campanha política estadual, acusando a seção estadual do partido de criar divergências com os diretórios locais, e especialmente, com o diretório de Ponta Grossa (O GRANDE ESCÂNDALO POLÍTICO, 27 out. 1913, p. 1).

A edição seguinte, de 28 de outubro de 1913, Campos Mello respondia em uma carta dirigida à redação do *Diário dos Campos*. Ele afirmava que havia sido surpreendido com seu nome na lista divulgada pelo PRL, que não tinha ligações com o partido oposicionista, não fazia sentido estar nas listas de votações daquele partido e não poderia aceitar a inclusão do seu nome na chapa do PRL (A QUESTÃO POLÍTICA, 28 out. 1913, p. 1).

Campos Mello ainda aproveitava a carta para afirmar que seu nome ter aparecido na lista do PRL de Ponta Grossa era uma estratégia de conchavos políticos de seus inimigos com objetivo de destruir sua reputação e diminuir seu prestígio entre os eleitores paranaenses, e que aceitaria os votos de eleitores que quisessem depositar seus votos em seu nome, mas que não pertencia ao PRL (A QUESTÃO POLÍTICA, 28 out. 1913, p. 1).

Contudo, tal não parece ter sido o caso. Tendo em vista o prestígio de Campos Mello, a falta de candidatos de Ponta Grossa na lista estadual do PRL e as dissensões entre os diretórios do partido, é provável que os membros do PRL local pretendiam atrair esse político local para representar o PRL na Assembleia Estadual. A presença de outros nomes de personalidades nas listas dos diretórios locais do PRL paranaense mesmo sem o consentimento do indivíduo, também deu motivo para protestos nos jornais paranaenses no decorrer da campanha estadual de 1913, incluindo em 18 de outubro quando Octávio Rodrigues do Prado protestava contra a presença do seu nome na comissão de organização do diretório do PRL de Jacarezinho, afirmando que

nem ao menos estivera presente em sessão alguma do PRL (PROTESTO, 18 out. 1913, p. 3).

O FIM DO PRL EM PONTA GROSSA

Em 3 de novembro de 1913, o jornal *Diário dos Campos* trazia os resultados das eleições em Ponta Grossa. Havia apresentados para as eleições três grupos políticos, sendo eles o Partido Republicano Paranaense, o Partido Republicano Liberal e os independentes. O coronel Antonio Solano Dias Baptista havia disputado as eleições como candidato avulso, não pertencendo a nenhum dos três grupos. O PRP era o partido de situação e os outros, de oposição. O jornal noticiava os votos dos candidatos mais votados dos partidos sem veicular seus nomes, fornecendo apenas os votos do primeiro e segundo em número de votos do partido. O PRP recebeu nas posições principais entre 447 e 362 votos, enquanto o segundo colocado em Ponta Grossa foi o candidato avulso, Cel. Antonio Dias Solano Baptista, com 167 votos. Os independentes tiveram 94 e 83 votos e o PRL ficou em último nas eleições municipais, com apenas entre 27 e 13 votos para seus nomes (ELEIÇÕES, 3 nov. 1913, p. 1).

O resultado geral no Paraná na noite do dia 2 de novembro, quando era fechada para impressão a edição do dia 3 de novembro do *Diário dos Campos*, estava com o PRP tendo 9520 votos, e o PRL na segunda colocação com 1492, enquanto os candidatos independentes somavam 1214 votos.

Como se nota, o PRL teve um resultado mais negativo em Ponta Grossa que nas outras regiões do Paraná. Na mesma edição do jornal *Diário dos Campos* dia 3 de novembro, a diretoria local do PRL afirmava em comunicado que o motivo do reduzido número de votos do PRL no município havia sido pelas divergência entre os diretórios de Ponta Grossa e Curitiba e a lista estadual com vinte nomes em vez de apenas dez candidatos do PRL, o que diluiu os votos dos eleitores do partido.

Mas, como se nota, outras disputas de poder entre os diretórios do PRL incluindo as acusações de excesso de centralização, falta de candidatos pontagrossenses na lista do PRL para o pleito de candidato estadual e a fracassada indicação de Elyseu de Campos Mello como representante do PRL quando, na realidade, ele era membro do Partido Republicano Paranaense também esvaziaram o prestígio do partido em Ponta Grossa.

O jornal pontagrossense aproveitou as edições seguintes à derrota do PRL em Ponta Grossa e no Paraná para criticar os problemas que via na política nacional – que incluía o número reduzido de votos – e o que o jornal considerava a falta de civismo no processo o político brasileiro. Segundo a redação do *Diário dos Campos*, o voto deveria ser mais que apenas um direito, deveria ser um dever.

O voto não deve ser um direito – deve ser um dever. Assim o interpretam os estadistas aplicando para as suas pátrias a lei da obrigatoriedade do voto. O voto deve ser consciente e todo eleitor deveria submeter-se a exame após a qual se lhe entregaria o título se dele fizesse o uso capaz (AS ELEIÇÕES, 4 nov. 1913, p. 1).

No mesmo texto, Reis reconhecia a presença da política dos coronéis também em Ponta Grossa, apontando que muitos dos votos nas eleições eram determinados pelos interesses dos coronéis e patrões que escolhiam em quem seus dependentes deveriam votar. Por conseguinte, a derrota de um partido que não dispusesse do apoio dos grupos das elites era um resultado esperado (AS ELEIÇÕES, 4 nov. 1913, p. 1).

Nas eleições para a Assembleia Estadual de 1913 em Ponta Grossa ficou evidente esse domínio das elites situacionistas. É notável que o candidato avulso, um coronel local, recebeu mais votos que os candidatos do PRL, apesar do partido opositor ter feito campanha, reuniões, convenções e propaganda no jornal *Diário dos Campos*. O PRL em Ponta Grossa havia ficado em último lugar, atrás tanto do PRP,

que era o partido que melhor dispunha dos mecanismos da política na República Velha, quanto dos independentes e candidatos avulsos.

A presença de figuras do PRP na formação dos diretórios estaduais e locais do PRL também aponta para a reduzida lealdade que os partidos políticos inspiravam nos candidatos. O impresso de Curitiba *A Bomba* de 30 de setembro de 1913 ridicularizava a relação entre os políticos paranaenses e o partidarismo no início do século XX.

Sabemos que o Sr. Nicolau Mader, caso não seja indicada a sua candidatura a uma vaga de deputado ao Congresso Legislativo do Estado pelo Partido Republicano Liberal, mudar-se-á de armas e bagagem para o Partido Republicano Paranaense, cujos diretores prometeram atender-lhe aquela pretensão (COISAS DA POLÍTICA, 16 set. 1913, p. 31).

A política paranaense no início do século XX era controlada pelos acertos políticos entre coronéis em que a base local sustentava o coronelismo estadual e nacional e se beneficiavam mutuamente. Por consequência, a presença de partidos e as disputas entre eles eram subsumidas aos interesses políticos e pessoais dos coronéis. Os votos durante o período da República Velha eram ligados ao personalismo político dos chefes locais. Se votava pelo apadrinhamento, reconhecimento, dependência e coerção que se tinha em relação a suas figuras.

A importância do partido situacionista se dava pela teia de relações instituída sob direção do partido e a máquina política de seus diretórios que favoreciam a aliança e as candidaturas de seus membros. A mudança de partidos, quando ocorria, poderia significar a perda do aparato de relações políticas e pessoais que o partido dispunha e, embora alguns amigos próximos pudessem seguir a personalidade que mudasse de partido, ainda assim, muitos outros se manteriam com o grupo dominante do poder, usufruindo da máquina política e das possibilidades de negociação e recursos de eleição caso se candidatassem pelo partido situacionista. O PRL colocou, entre seus

membros no pleito para a Assembleia Estadual, vários indivíduos que também eram representantes do coronelismo paranaense e tinham seus próprios currais eleitorais. Mas a intrincada máquina de alianças, coerções e predomínio político do PRP era, naquele momento, mais poderosa do que os mecanismos que esse recém-formado partido pode fornecer.

A trajetória do PRL no Paraná foi tão rápida que menos de um mês após as eleições para deputado estadual em 1913, o impresso satírico *A Bomba*, ironizava que “O Partido Republicano vai ou não vai?” e a resposta na sequência era “eu penso que ele já se foi” e incluía a fala que o PRL era um partido de oposição, mas de oposição “aos programas contrários ao Partido Republicano Paranaense, que é o mesmo que o PRC” (TROVAS BOMBÁSTICAS, 30 set. 1913, p. 32). Na prática, os candidatos eleitos pelo PRL pertenciam ao mesmo grupo econômico que os membros do PRP, tinham os mesmos princípios e a mesma estratégia política do partido situacionista. Como não conseguiram formar uma bancada de oposição, buscaram se aliar ao PRP.

O governo do Dr. Carlos Cavalcanti é sustentado pelo Partido Republicano Paranaense, que tem como adversário o Partido Republicano Liberal. Ora, os candidatos dos PRL são todos amigos do governo, pessoais ou políticos, tanto assim que foram sufragados pelos oposicionistas diversos camaristas municipais, para cujo cargo foram eleitos pelo partido dominante. Em virtude disso, o governo atual é composto de elementos oposicionistas e, nesse sentido, bateu o record em nossa terra, que é realmente a das maravilhas (COISAS DA POLÍTICA, 30 nov. 1913, p. 22-23).

A recusa de Ruy Barbosa de concorrer às eleições em 1914 significou o golpe final para os planos do PRL. Mas, como foi visto, no caso paranaense, as dissensões e disputas entre os diretórios durante as eleições estaduais de 1913 foram responsáveis pela decadência do partido antes mesmo do pleito nacional. O PRL continuou nos anos seguintes a tentar se manter como um partido político no Paraná, mas o fracasso nas eleições estaduais de 1913 significou sua derrocada, nos anos seguintes, não há mais notícias do partido em Ponta Grossa. Assim terminava a aventura política do PRL, com

as dissensões e os desafios demonstrando as dificuldades da política em Ponta Grossa e no Paraná durante a República Velha, em que a sobrevivência nos espaços de poder dependia das alianças, das coerções e do controle da máquina política, e mesmo os eleitos do PRL buscavam a aliança com membros da situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRL havia sido fundado como um movimento político partidário com um projeto de média duração com o objetivo de transformar a política brasileira. O plano do PRL era de estabelecer as bases para uma candidatura e inaugurar um partido político que pudesse competir com o PRP. Contudo, pela presença de figuras já conhecidas da política local e nacional, não significou uma segunda via ou a transformação radical na estrutura política nacional e, embora o PRL criticasse o coronelismo e a falta de instrução da população brasileira, as esferas dominantes do novo partido não eram representadas por grupos opostos à forma de política que era praticada durante esse regime da República Velha. As ações políticas dos líderes do PRL no decorrer da campanha estadual de 1913 divergiram dos ideais defendidos pelos intelectuais locais, notadamente sobre o combate ao coronelismo e pela instrução da população, significando, na prática, muito mais uma tentativa de substituição de grupos do poder do que de transformação da política.

Os diretórios locais do PRL e, em especial o diretório de Ponta Grossa, haviam sido idealizados e promovidos com vistas na mudança da política nacional, mas, ao entrarem no jogo da política da República Velha, chocaram com as estruturas de coerção política que eram a norma do agir político daquele período. As ações do PRL de Ponta Grossa veiculadas nas páginas do jornal *Diário dos Campos*, buscou lutar por alguma autonomia do diretório local, mas resultou em um desgaste do diretório local e estadual e facilitou a derrota nas eleições para a Assembleia Estadual.

A presença de figuras com histórico de PRP entre os membros do PRL e a facilidade de retorno dos membros para o partido situacionista demonstram a proximidade social entre ambos os partidos. O PRL existiu como uma “exceção” ao PRP, mas sua própria existência estava condicionada às possibilidades que a política da República Velha permitia. Ou seja, no caso dessa disputa política de 1913, pode-se conjecturar que “a norma se aplica a exceção desaplicando-se, retirando-se desta” (AGAMBEN, 2010, p. 25). Embora a oposição partidária não tenha sido necessariamente uma exceção sagrada, pois – tal como ocorreu nos episódios da Guerra de Canudos e Revolta da vacina – o Estado brasileiro tendia a destruir movimentos políticos e sociais com os quais não conseguia negociar, a trajetória do PRL, apesar do ideal do seu projeto de oposição, foi inevitavelmente ligada a existência do PRP e da República Velha. Esta, seria finalizada apenas em 1930, com a Revolução varguista.

REFERÊNCIAS

- 10 E NÃO 20. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 1, 13 out. 1913.
- A CANDIDATURA RUY. **A República**. Curitiba, p. 2, 31 jul. 1913.
- A FORMAÇÃO DO Partido Republicano Liberal em Ponta Grossa. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 1, 27 set. 1913.
- A QUESTÃO POLÍTICA. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 1, 28 out. 1913.
- A SITUAÇÃO POLÍTICA. **A República**. Curitiba, p. 2, 31 jul. 1913.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- AS ELEIÇÕES. **Diário dos Campos**. **Ponta Grossa**, p. 1, 4 nov. 1913.

BITTENCOURT FILHO, Ivo; BENATTE, Antonio Paulo; ERICHSEN, Lucas; SCHERES, Maikon. **Uma casa em Ponta Grossa: Manuel Vicente Bittencourt (1841-1903)**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CAMPOS MELLO. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 1, 14 out. 1913.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987

CHAVES, Niltonci Batista. **Entre “preceitos” e “conselhos”**: Discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). 2011. 299 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

COISAS DA POLÍTICA. **A Bomba**. Curitiba, p. 22-23, 30 nov. 1913.

COISAS DA POLÍTICA. **A Bomba**. Curitiba, p. 31, 16 set. 1913.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

ELEIÇÕES. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 1, 3 nov. 1913.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. **Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais**. 2016. 273 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

GOIRIS, Fabio Aníbal Jara. *Estado e Política: A História de Ponta Grossa – Paraná*. Ponta Grossa, Gráfica Planeta, 2013.

GOMES, Sandro Aramis Richter. Elite política regional e formação de um partido nacional: organização interna, desempenho eleitoral e extinção do Partido Republicano Liberal (Estado do Paraná, 1913-1915). **Revista Antíteses**, Londrina, v.12, n. 24, p. 236-265, jul-dez. 2019.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)**. 2008. 609 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

HOLLOWATE, Isaias. **A eugenia nas páginas do jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa (PR) 1908-1916**. 2018. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco Histórias Convergentes**. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Rui, o homem e o mito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

O GRANDE ESCÂNDALO POLÍTICO. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 1, 27 out. 1913.

O MOMENTO POLÍTICO em Ponta Grossa. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 1, 13 out. 1913.

O MOMENTO POLÍTICO. **Diário da Tarde**. Curitiba, p. 3, 4 set. 1913.

O MOMENTO POLÍTICO. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 2, 14 out. 1913.

O PAÍZ. Rio de Janeiro, p. 1, 28 jun. 1912, p. 1.

PIRES, Aloildo Gomes. **Eleições presidenciais na Primeira República: uma abordagem estatística**. Salvador: Tipografia São Judas Tadeu, 1995.

PROJETO DE BASES DA organização do Partido Republicano Liberal. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 2, 4 set. 1913.

PROTESTO. **A República**. Curitiba, p. 3, 18 out. 1913.

SANTOS, Fagner dos. **A Política dos Governadores como discurso: uma história da construção da estabilidade na Primeira República**. 2019. 212 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SEÇÃO POLÍTICA. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 1, 16 set. 1913.

SENNA, Marta (org.). **Rui Barbosa: seleção de textos fundamentais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. Editora Unesp, São Paulo, 2018

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. República: da Belle Époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOCIEDADE OPERÁRIA. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, p. 1, 28 mar. 1913,

TROVAS BOMBÁSTICAS. **A Bomba**. Curitiba, p. 32, 30 set. 1913.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. **A campanha civilista nas ruas: uma análise de sua construção retórico-política**. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista, Assis, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WESTPHALEN, Cecília. Política paranaense no século XIX. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, Banco de desenvolvimento do Paraná, n. 12, 1969.